

SÁ, Ana Priscila de Sousa*

<https://orcid.org/0000-0002-0048-280X>

RESUMO: No Brasil oitocentista, o debate sobre a preeminência de uma história geral ou das histórias provinciais atravessou a pauta de como se deveria escrever a história a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Nas primeiras décadas do século XIX prevaleceu o ideal de uma obra de conjunto a ser produzida em um ou muitos volumes, sustentada por fontes confiáveis e laboriosamente reunidas, uma escritura que passava pela observação de critérios que foram discutidos pelos sócios daquela agremiação ao longo de anos em sessões e programas históricos. Nesse contexto, o relato do todo se antecipou às partes, e a primeira edição de uma história geral foi publicada antes da divulgação das histórias das províncias mais elaboradas. A História geral do Brasil (1854-1857) de Francisco Adolfo de Varnhagen buscou delinear uma feição para jovem nação brasileira, imbuída da concepção pragmática do conhecimento histórico como instrumento de aperfeiçoamento da realidade social, especialmente para o exercício de funções públicas. Por outro lado, percebe-se que o esforço particular de Varnhagen encontrava semelhantes nas fronteiras do Império, onde a historiografia também foi marcada pelas tentativas de solucionar os obstáculos à consolidação das nações e à construção das novas nacionalidades.

PALAVRAS-CHAVE: Varnhagen; escrita da história; história geral.

ABSTRACT: In nineteenth-century Brazil, the debate about the pre-eminence of a general history or provincial histories crossed the agenda of how history should be written from the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). In the first decade of the 19th century, the ideal of a collective work to be produced in one or many volumes, supported by reliable sources and laboriously gathered, prevailed in historic sessions and programs. In this context, the account of the whole came before the parts, and the first edition of a general history was published before the publication of the more elaborate histories of the provinces. The História geral do Brasil (1854-1857) by Francisco Adolfo de Varnhagen sought to outline a feature for the young Brazilian nation, imbued with the pragmatic conception of historical knowledge as an instrument for improving social reality, especially for the exercise of public functions.

On the other hand, it is clear that Varnhagen's particular efforts were similar on the borders of the Empire, where historiography was also marked by attempts to resolve obstacles to the consolidation of nations and the construction of new nationalities.

KEYWORDS: Varnhagen; history writing; general history.

* Doutoranda em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail: priscilareds@hotmail.com

O IHGB E OS CRITÉRIOS PARA UMA HISTÓRIA GERAL

O debate sobre a preeminência de uma história geral ou das histórias provinciais atravessou a pauta de como se deveria escrever a história do Brasil no Oitocentos, a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A classificação elaborada por José Honório Rodrigues precisava a história geral como atinente especialmente aos fatos políticos, administrativos, constitucionais, legais, diplomáticos, militares, econômicos, sociais, religiosos e intelectuais de um país, e a história particular ou local como aquela que se limitava a descrever uma província, um Estado, uma cidade, conforme os princípios da primeira, não se podendo sustentar que aquela fosse a soma das histórias locais – as generalizações não seriam seguras se não levassem em conta os desenvolvimentos locais – mas uma história detalhada do desenvolvimento de uma comunidade representaria a mais legítima contribuição à história nacional (RODRIGUES, 1957, p. 188-189).

No Brasil, o todo se antecipou às partes, a primeira edição de uma história geral foi publicada antes da divulgação das histórias das províncias mais elaboradas, e a escritura dessa história passava pela observação de critérios que foram escrutinados pelos sócios ao longo de anos em sessões, discussões e programas históricos. No início do século XIX prevaleceu o ideal de uma obra de conjunto a ser produzida em um ou muitos volumes, sustentada por fontes confiáveis e laboriosamente reunidas. O secretário perpétuo Januário da Cunha Barbosa foi da opinião de que esse trabalho poderia ser elaborado por uma equipe tutelada pelo Instituto:

Esta tarefa, em nossas circunstâncias, bem superior às forças de um só homem ainda o mais empreendedor, tornar-se-á fácil pela coadjuvação de muitos Brasileiros esclarecidos das províncias do Império, que atraídos ao nosso Instituto pela glória nacional, que é o nosso timbre, trarão a depósito comum os seus trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de uma história geral e filosófica do Brasil. (BARBOSA, 1839, p. 10)

O secretário perpétuo sugeria um inventariado dos arquivos estrangeiros e provinciais para a consecução de uma história que apontasse os erros das obras então publicadas sobre o Brasil. A qualificação de uma história geral e filosófica vinculava um traço iluminista já disputando lugar com a especialização e profissionalização com os critérios de seleção das fontes oficiais como opções mais confiáveis para a escrita.

O “Discurso” requisitou um letrado compadecido com o “gênio brasileiro”. Embora existissem afinidades com o imaginário europeu – o elogio das riquezas naturais, o futuro auspicioso – as ideias de Brasil construídas nas relações comerciais e nos relatos de viajantes reproduziriam alguns dados precisos, mas tantos outros duvidosos. Partindo desse ponto, obras escritas por estrangeiros foram analisadas por comissões do Instituto como a “História do Brasil” (1839) do português Francisco Solano Constâncio, o parecer foi o de que o autor não se mostrou comprometido com a verdade e a imparcialidade, incorrendo em graves inexatidões geográficas sobre a Província do Rio Grande do Sul. Assinado por Cândido José de Araújo Vianna e Silva Pontes, o “Juízo” condenou a obra de Constâncio também pelo posicionamento sobre a Independência do Brasil, concluindo que “alteração da verdade histórica, injustiça para com os homens, e política absolutamente errada, são as qualidades mais preeminentes do historiador, a que ora se aplica o escalpelo da crítica” (PONTES; VIANNA, 1839, p. 82)¹. Purificados no “crisol da crítica”, outros exemplares da “herança preciosa” – histórias do Brasil produzidas por nacionais e estrangeiros conhecidas pelos fundadores do Instituto – tiveram melhor aceitação como o “Tratado descritivo do Brasil” de Soares de Sousa e, sobretudo, a premiada dissertação de Karl von Martius, “Como se deve escrever a história do Brasil” (1843).

Havia especificidades nas avaliações sobre obras estrangeiras e nacionais. Os juízos e pareceres publicados acerca daquelas apontaram os equívocos dos autores nas descrições do país e relato de sua história, quanto às últimas, a crítica se estendia com denúncias de plágio. Saliente-se que o conteúdo dos pareceres também expressava o debate político sobre temas importantes para a construção nacional como a questão das fronteiras, eventualmente resultando em apoio ou indisposição entre pareceristas e avaliados. Nesse sentido, a crítica de certa forma divulgava posicionamentos políticos num momento conturbado e frente à multiplicação de impressos, fazendo muitas vezes do critério da imparcialidade defendida nas apreciações uma janela para a prática da censura (SGRIGNERO, 2010, p. 124-192).

Discursos como o de Cunha Barbosa lançavam balizas para a confecção de uma historicidade para o Brasil, e com isso o IHGB ia se consolidando como o lugar

¹ Para os pareceristas, havia no autor um “sentimento de despeito” pela emancipação com relação a Portugal.

de produção oficial de uma história do Brasil unificada, ao tempo em que ele mesmo definia os próprios contornos, ancorando-se em práticas e desafios políticos que transpareciam nas escolhas dos trabalhos aprovados ou não para publicação na Revista. A falta de consenso sobre questões de ordem metodológica, a instituição de uma periodização para a escrita da história do país, talvez ajude a explicar o motivo de a agremiação não cancelar uma obra que ocupasse em definitivo o status de história nacional, nem mesmo a *História geral do Brasil* (1854-1857) de Varnhagen. A formulação de critérios e métodos para a escrita da história do Brasil produzida nessas obras e os “textos de fundação” (na expressão de Manoel Salgado Guimarães) como os programas de Cunha Barbosa e Silva Pontes na definição de procedimentos para busca documental, e Raimundo José da Cunha Mattos na exposição de um roteiro cronológico, fundavam uma disputa pelo passado. Outro fundamento que cumpria resolver era o da periodização, critério que Henrique Júlio de Wallenstein – concorrente de von Martius no concurso promovido pelo IHGB – buscou atender em 1843 na dissertação intitulada “Sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil”, publicado na Revista somente em 1882. Propondo o sistema de décadas como plano mais acertado, Wallenstein recebeu da comissão encarregada de julgar o melhor trabalho o parecer de que:

o autor desta memória não compreendeu bem o pensamento de nosso programa, porquanto as vistas deste Instituto não se podiam contentar com as simples distribuições das matérias, e isto por um método puramente fictício ou artificial, que poderá ser cômodo para o historiador, mas de modo algum apto a produzir uma história no gênero filosófico, como se deve exigir atualmente. (Apud MENDES, 2011, p. 93)

A proposta premiada, por sua vez, não indicou uma periodização, mas foi julgada modelo suficiente para quando fosse possível ser realizado, a partir dali era obra do tempo, e desde logo já direcionar as investigações. A proposta de uma história geral pragmática e filosófica dizia respeito a uma história escrita com qualidade literária e retórica, e que revelasse as causas das transformações históricas, preferindo a narrativa como forma de organização e exposição (ARAUJO, 2009, p. 89-90). Herança da cultura iluminista do século XVIII, tinha a ver com a elaboração de um conhecimento sistemático e ordenado, porém o historiador conduziria seu trabalho não por uma abstração prévia, e sim por meio da pesquisa e coleta dos dados, um inquérito previamente formulado que direcionasse o objeto de investigação. Pelas

prescrições de Cunha Barbosa, a narrativa histórica restituiria a vida aos eventos pretéritos, por isso desejava “salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria, e os nomes de seus melhores filhos [...], pela glória nacional” (BARBOSA, 1839, p. 10-13).

A exigência de uma história filosófica descartava o critério cronológico como único (não fornecia o sentido e a finalidade do trabalho de escrita histórica), daí a restrição aos anais e crônicas como formas legítimas do gênero histórico, então em redefinição. De mais a mais, esses programas disputavam a reconstrução do passado, revelando as tensões e disputas que envolviam a escrita da história do Brasil numa narrativa que integrasse o passado “a um tempo e espaço agora percebidos como nacionais” (GUIMARÃES, 2011, p. 100-102). Por vezes chamada universal e vista como a correlação das histórias especiais, ela fora encarada até ali como tarefa para um trabalho em equipe, mas passou a figurar com a exigência de outras resoluções políticas, formais e teóricas, para reunir e coordenar um modelo explicativo geral e um aparato crítico e documental capaz de definir também a relação com o Estado.

SOBRE A FEITURA DA HISTÓRIA GERAL DO BRASIL DE VARNHAGEN (1854-1857)

Se algo não faltava ao futuro *Visconde de Porto Seguro* era a convicção de que seu trabalho promovia a mais relevante contribuição à história pátria daquele *século oscilatório*. A avaliação pouco modesta que externou em carta ao Imperador de 8 de julho de 1853, tão logo concluído o último capítulo da *História geral do Brasil*, animava o ímpeto de ser naquele momento o grande esclarecedor das névoas que pairavam sobre o conhecimento histórico acerca do país:

quando me lembro do trabalho que tenho tido em juntar documentos, quase desde a minha infância (tal que me faltara hoje o ânimo para começá-lo segunda vez), e dos estudos históricos a que me tenho dedicado, sinto quase a convicção de que [se] os meus trabalhos se perdessem, ficaria a nossa história ainda por depurar de erros, - quem sabe por quanto tempo... (VARNHAGEN, 1961, p. 206)

Varnhagen se colocou na posição de oferecer a obra de síntese que o IHGB postulava. A história geral que teve lugar no IHGB – e em Varnhagen a maior realização – conseguiu equilibrar a demanda erudita de crítica documental, “a forma narrativa e a exibição de uma interpretação geral da formação histórica da

nacionalidade que preservava e projetava o Estado Imperial centralizado como grande personagem do relato” (MEDEIROS; ARAUJO, 2007, p. 24-28)². Acerca do seu plano pessoal, Varnhagen dissertou:

desde que nos propusemos a consagrar ao Brasil as nossas vigílias, para, no esclarecido reinado de Pedro II, e mediante o seu alto e valioso apoio, escrever, com certa unidade de forma e com a dos princípios que professamos, uma conscienciosa história geral da civilização do nosso país, padrão de cultura nacional, que outras nações civilizadas só ao cabo de séculos de independência chegaram a possuir, ou não possuem ainda, fizemos abnegação de tudo: e por tanto arrostamos com os prováveis desassossegos e injustiças futuras, – se é que não já presentes. Embora! Deu-se em todo caso o primeiro passo. Fez-se, por assim dizer, a primeira resenha geral ou antes o primeiro enfeixe proporcionado dos fatos que, mais ou menos desenvolvidos, devem caber na História Geral, em lugares convenientes; indicaram-se as fontes mais puras e genuínas; e estes dois serviços (independentes do estilo e da maneira de pensar, que são especiais a cada historiador) ficam feitos. [...] Não era justo que enquanto não podíamos alcançar o ótimo, nos contentássemos com o péssimo, que péssimo era não possuir a nação uma história geral [...]. (VARNHAGEN, 1857, p. VI)

Mostrando-se consciente de que o *pensamento atrevido* que tivera ainda frequentando as aulas na Europa e transformado em narração histórica seria escrutinado pelos novos historiadores parciais que não tardariam a aparecer, apontava que a história geral não era um gênero absoluto ou uma “história total”, imaginando que o trabalho de outros historiadores deveria ser integrado à sua história, um tipo específico de história, uma grande obra que somente o tempo, o processo histórico poderia concluir (ARAUJO; CEZAR, 2018, p. 13). Em outra ocasião, contudo, deu conta ao Imperador que a redação da *História geral* estava em 1654, e os holandeses já se tinham ido, assunto para o qual dedicou três capítulos e acreditava ser suficiente se comparado a outros historiadores mais minuciosos de antes ou depois dali. Refletindo sobre a própria escrita, Varnhagen afirmava sua identidade como historiador e se julgava capacitado para suprir esta *necessidade nacional*.

Se escrever a história da nação passava pelo estabelecimento prévio de uma relação entre a pessoa que escreve, o lugar que lhe é próprio e o projeto que defende (TURIN, 2009, p. 14), o modelo de Varnhagen foi o principal expoente do ordenamento temporal que preconizava a formação de um Estado nacional centralizado e

² Os fundadores do IHGB falavam numa história que fosse filosófica, pragmática e crítica. Sobre isso, ver: WEHLING, 1999.

territorialmente unificado como coroação de um processo civilizador iniciado com a colonização (OLIVEIRA; GONTIJO; FRANZINI, 2018, p. 2-3). A *História geral* fora dedicada ao Imperador e apareceu assinada apenas por um *sócio do Instituto Histórico do Brasil*. A nação despontou como categoria de reflexão privilegiada para a apreensão dessa historicidade nas primeiras décadas do século, no entanto, as relações entre história e nação não foram homogêneas. O movimento em direção a padrões modernos de autonomia não esgota a diversidade da vida intelectual oitocentista, mas foi um traço estruturante de grande relevância, muitos projetos, ideias e ações foram obscurecidos pela grandiosidade e sombra da nação (CEZAR, 2018, p. 81-82).

Antes de pensar a história apenas como instrumento para a política, é mais interessante acompanhar como a ideia moderna de história se fundou no Brasil e se constituiu em conhecimento sobre si própria, depois sobre a nação, isto é, a história pensou sobre si e logo transformou a nação em seu principal objeto. Com isso, articula-se a constituição de uma história científica, seus usos políticos e a construção de uma ideia de nação e de passado marcada por ausências, esquecimentos e supressões que conferiram um sentido histórico à história brasileira (CEZAR, 2004, p. 43-56). Uma história que foi atravessada por uma “retórica da nacionalidade” (CEZAR, 2006, p. 29), ou seja, um conjunto de estratégias discursivas que procurava persuadir os brasileiros de que compartilhavam um passado comum, a despeito da heterogeneidade de sua formação social. A história e a geografia – em companhia da literatura e da etnografia – buscaram singularizar essa retórica, constituindo-se como campos de saber que explicassem a existência de uma nação, ao longo do tempo, formada por “brasileiros”; articulando uma memória dos fatos e do espaço ordenado agora também pela palavra.

A *História geral* fora traçada, segundo Varnhagen, mais em *serviço do país* que das letras. Sua concepção era a de um conhecimento histórico aplicado ao aperfeiçoamento da realidade social, e os instrumentos para isso eram os estudos monográficos e as biografias de cunho pedagógico, especialmente para o exercício de funções públicas. A história também serviria ao melhoramento da administração pública, por isso estava convencido de que a elevação de uma narrativa sobre a nação era, simultaneamente, uma elevação dessa nação e do regime que a governava, e sua obra poderia prestar conselhos aos futuros governantes, colocando a história

como sólida base para as instituições daquela sociedade organizada pela Monarquia. Este foi o tom da dedicatória ao Imperador no Tomo I: o fomento ao estudo da história pátria propiciava o *esplendor* da nação, a instrução comum e o bom governo.

Se a história nacional deveria ser “a imagem da verdade histórica apresentada da forma que, segundo a consciência do historiador, interessa e convém à nação”, o que convinha em sua ótica era a história da colonização, civilização, organização e desenvolvimento do Estado brasileiro (VARNHAGEN, 2011, p. 193-194). Para Renilson Ribeiro, a *História geral do Brasil* era fruto dos anos de estabilidade do reinado de D. Pedro II, comprometido com uma ordenação do passado com a experiência vivida em seu próprio tempo e estabelecendo uma marcha desde a época colonial – lugar de nascimento da nação brasileira – até ali, momento compreendido como sublime da história nacional, pensando a independência como um fim já aguardado e garantindo a continuidade da obra de implementação da civilização europeia iniciada pelos portugueses na nova nação. O futuro da nação estava definido pelo seu passado/presente (RIBEIRO, 2011, p. 95-96). A colônia despontava, ao mesmo tempo, como base da construção da identidade nacional e seu fim – representado na emancipação – o amadurecimento da sociedade brasileira. Ao dedicar o livro ao monarca que o patrocinava, Varnhagen entrelaçava sua escrita ao maior desafio político de seu tempo, e reordenava seus enredos temáticos e cronológicos, inclusive justificando seu desejo de passar um véu sobre o *pouco simpático* assunto do movimento pernambucano de 1817 (entendida como um atentado contra a nação). Se pudesse, deixá-lo-ia de fora.

Ao longo das 54 seções e mais de mil páginas da *História geral do Brasil*, a ordem cronológica dos fatos delineava o passado colonial que, de certa forma, iluminaria as ações do presente. A disposição temática das seções fazia a ligação da história do país à história europeia das navegações, a escolha foi explicada numa nota ao final da primeira edição, na qual garantia ao leitor que as seções 7^a, 8^a, 9^a e 10^a – dedicadas a descrição do território e aos indígenas em geral, sua organização social e *ideias religiosas*, especialmente os tupis – poderiam passar para o início do livro sem prejuízo, porém a forma como foi feito relacionava melhor com a história da humanidade em geral. A preocupação com essa integração do Brasil tinha a ver com suas reservas quanto à composição da população brasileira. Tendo os indígenas como *selvagens* e os negros escravizados como bárbaros, conferia ao colonizador

européu o posto de principal representante da nacionalidade, o que elucida a decisão de começar pelos “descobrimientos”. Neste ponto, compartilhava da leitura de von Martius pela qual foi o português que deu as condições morais e físicas para um reino independente.

O nascimento da nação relatado na *História geral* tinha um ponto de partida bem estabelecido, a própria Independência foi encarada como a etapa final de um processo já em andamento desde a chegada da Família Real. Para o autor, D. João VI foi o primeiro soberano do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e D. Pedro I o príncipe fundador do Império com o ato da Independência oficial, a ratificação do gesto anterior de transferência da Corte. A *verdadeira* nacionalidade brasileira teria nascido antes da emancipação, “já existia no Arraial de Bom Jesus em Pernambuco, em frente do poder dos Holandeses, e não era Índia; era crioula e cristã, era portanto, já há mais de dois séculos, brasileira” (VARNHAGEN, 2011, p. 194-195). A nova era aberta em 1808, que tornou a colônia o centro da Monarquia bragantina, caracterizaria o rompimento dos *grilhões coloniais*. Com mais essa leitura, demarcava o elemento europeu como civilizador por definição, constituindo a nacionalidade atual e a futura.

A defesa da matriz portuguesa era importante também no plano político-ideológico para delinear o trajeto que ia da colônia à nação, e da massa heterogênea herdada da colônia que formava o povo. Estruturar e tornar efetivo um projeto de nação era a tarefa primordial do século XIX. Nesta missão, à história cabia esquadriñar o passado, ao historiador, homogeneizar o passado, colaborar na administração do Estado levantando dados úteis, favorecer a unidade nacional e fomentar o patriotismo e o espírito público (ODÁLIA, 1997, p. 30-38). Os estudos históricos tornavam-se neste momento uma espécie de acelerador da construção de uma consciência nacional onde havia mais afastamento geográfico entre as províncias (por vezes secessão) e diversidade da população. O título completo da obra – *História geral do Brasil, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda*, assinada Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, Natural de Sorocaba – enfeixava os componentes essenciais do edifício historiográfico erigido por Varnhagen: a história de um Estado agora independente que foi colonizado por europeus, e escrita por um brasileiro membro do

IHGB que reuniu variada gama de documentos existentes em arquivos de diversos países.

O esforço particular de Varnhagen refletia um muito maior que cruzava o mundo e conferiu ao século XIX a qualidade de século da história, não sendo diferente nas fronteiras do Brasil. De um lado e do outro do Prata a historiografia foi marcada pelas tentativas de solucionar os obstáculos à consolidação das nações e à construção das novas nacionalidades. A escritura da história nacional desejada por Varnhagen esteve presente em outras plagas como Argentina (Bartolomé Mitre) e Uruguai (Francisco Bauzá). A similitude do gênero e a contemporaneidade dos trabalhos torna possível estabelecer uma comparação, os títulos das obras principais desses autores – “Historia de Belgrano y de la independencia argentina” (1857) e “Historia de la dominación española en el Uruguay” (1895), respectivamente – indicam a realização de uma história nos moldes do século XIX, tentando explicar o presente pelo passado por meio da apresentação de fatos comprovados segundo os critérios de verificação reconhecidos; mesmo em Mitre e sua escolha de fazer a biografia de um homem, oscilando, assim, entres dois gêneros já entendidos como diferentes naquele período. Nesses termos, elas podem ser consideradas “nacionais” pelo propósito e objeto, a preocupação com um estilo compreendido à época como pertinente a uma obra de história – como Varnhagen referiu: “a história é um ramo da crítica, não da eloquência” (VARNHAGEN, 1877, p. XII) – e a proximidade cronológica da publicação, o terceiro quarto do século XIX, momento em que já existia certa homogeneidade de elementos culturais e historiográficos mais gerais na América de colonização ibérica. Como Varnhagen, Mitre e Bauzá ressaltavam a “homogeneidad de las experiencias desarrolladas en el decurso temporal en el ámbito de un espacio coincidente con las dimensiones de una unidad político-territorial, ya alcanzada o pronta a alcanzarse” (DEVOTO, 2008, p. 270-280).

No caso de Varnhagen, sua concepção de “Brasil” remetia a capacidade do Estado brasileiro de exercer o poder em um território e, diferente da experiência dos vizinhos, o processo revolucionário constituía um antimodelo para o Império. Nos três, porém, havia um propósito pragmático de cimentar a unidade nacional pelo conhecimento do passado e favorecer o patriotismo, posicionando seus Estados no concerto das nações civilizadas. Obviamente, apenas estimular o sentimento patriótico não requereria tamanho esforço de recopilação de fontes, verificação de

datas, gastos com publicação. Dedicar-se aos estudos históricos interessava por si mesmo, significando um lugar a se ocupar no mundo das letras, e alguns traços definiam a importância desse trabalho, respeitados e reconhecidos pelo grupo. A vocação para os estudos históricos seria uma escolha marcada por sacrifício e abnegação, mais que propriamente por um talento artístico e original, ou manifestação de um gênio (OLIVEIRA, 2011, p. 158). Varnhagen se dizia disposto a sofrer as mais duras censuras e ingratidões em nome das *ideias justas* que acreditava defender, apontando para as relações entre história e justiça, relações que andavam ao lado da ideia de história e crítica.

O gênero da história nacional se desenvolveu entrelaçado com os eventos político-sociais dos séculos XVIII e XIX, de modo que os “historiadores da nação” foram cientes da urgência de legitimar a nova realidade institucional derivada dos processos revolucionários, quase sempre dissimulando a novidade da nação por meio de discursos e imagens de uma suposta origem muito mais antiga. Fato ilustrativo foi a tendência dos historiadores oitocentistas de apontar o momento do nascimento da nação como estratégia para sublinhar sua origem num passado remoto. Outro autor que optou por tal conjunto de elementos que configurava uma historiografia nacionalista conservadora foi Lucas Alamán na “Historia de Méjico” (1844-1852). A obra do historiador mexicano compartilhou de importantes escolhas temáticas com a *História geral* de Varnhagen como postular o Descobrimento, a Conquista e a colonização europeias da América – hispânica e portuguesa, respectivamente – como ponto de partida da história nacional e, portanto, definidores da nacionalidade, a defesa da Independência como passo inevitável na evolução gradual e progressiva da economia e da sociedade, o esforço de contrariar as teses indigenistas.

Na disputa que teve lugar no México na década de 1840 sobre do que era e quem constituía a nação soberana, Alamán se posicionou a favor dos crioulos – os “hombres de bien” filhos dos espanhóis nascidos na América que se acreditavam legítimos herdeiros, logo deveriam preservar a propriedade e a direção do governo – grupo do qual ele mesmo participava. Rejeitava a tese de frei Servando Teresa de Mier na “Historia de la Revolución de la Nueva España, antiguamente Anáhuac” (1813) e Carlos María de Bustamante no “Cuadro histórico de la Revolución de la América mexicana” (1823-1846) que situava o começo da história do México e sua verdadeira nacionalidade no momento pré-Conquista. Para Alamán – como para Varnhagen o era

a herança portuguesa – a nacionalidade mexicana só se configurou após a Conquista do México-Tenochtitlán pelos castelhanos em 1521 e a consequente fundação das principais instituições do Vice-reinado da Nova Espanha. Ao mesmo tempo, um acontecimento bélico e fato político inaugural que criou as bases institucionais que regeram a Nova Espanha, garantindo a ordem, a paz e a prosperidade de seus habitantes ao longo de três séculos (LEDESMA-ALONSO, 2021, p. 232-237)³.

No Prólogo, descreveu seu ofício de historiador:

Parecióme necesario este trabajo, porque veia el poco conocimiento que se tenia acerca de este género de nociones, tan indispensables en un país, en que todo cuanto existe trae su origen de aquella prodigiosa conquista [...]

El público se manifiesta deseoso de saber la verdadera historia de unos sucesos que han sido presentados con tanta infidelidad, y las desgracias que la nacion ha sufrido, han acelerado los desengaños que suelen ser efecto del trascurso del tiempo. Estas y otras razones me han decidido á publicar la parte de historia que corresponde al periodo expresado, y para corresponder como se debe á este deseo me he propuesto presentar los hechos con toda la fidelidad que requiere la verdad de la historia, informándome de éstos con diligente cuidado y consultando no solo todo lo que se ha escrito acerca de ellos sino preguntando á los que los presenciaron y examinando todos los documentos fidedignos que he podido conseguir. De mucho de lo que refiero soy testigo ó he intervenido en ello: de lo demás he tenido á la vista documentos originales, algunos de los cuales copiaré en el apéndice á cada uno de los libros en que dividiré la obra en apoyo de lo que asiente, y en todo citaré exactamente las autoridades que me hayan servido de fundamento, para que puedan consultarse siempre que se quiera. Omitiré en cuanto lo permita la materia, toda observacion propia, dejando que el lector ejerciendo su juicio, califique por sí mismo el mérito de cada accion, cuando esté instruido á fondo de su esencia. Acaso caerán algunas reputaciones mal adquiridas ó mentirosamente formadas: muchos juicios pronunciados por el espíritu de partido, parecerán injustos ó infundados, pero esto no será el resultado de mis raciocinios, sino de los que el lector imparcial haga, en vista de los hechos que se le presenten. (ALAMÁN, 1883, p. 41-43)

É perceptível nas reflexões acima que o autor procurou basear seu relato nas normas da crítica documental mais avançadas à época, além de deixar ao “lector imparcial” o juízo se sua tarefa foi bem executada, tendo em vista a avaliação dos

³ Para Ledesma-Alonso, os especialistas têm focado mais nas narrações historiográficas produzidas a partir do nacionalismo liberal latino-americano do século XIX como a “Historia de la Revolución de la República de Colombia en la América Meridional” (1858) de José Manuel Restrepo, a “Historia de la civilización peruana” (1879) de Sebastián Lorente e a “Historia de Belgrano y de la independencia argentina” (1856-1889) de Bartolomé Mitre.

usos documentais, da originalidade, do testemunho abalizado. O propósito era levar, ao final, ao convencimento de que os fatos ali escrutinados atestavam a veracidade da sua tese. Diante da turbulência que a jovem República experimentava desde a emancipação, recuperar a história da “origem” da nação mexicana se apresentava como uma resposta ao presente, por isso iluminar os efeitos e bens que permaneceriam enquanto a nação existisse era mais importante que examinar os males temporários causados pelos processos de conquista e colonização. A escolha dos começos das histórias de suas nações e a fundação histórica da nacionalidade que ilustrou os trabalhos de Alamán e Varnhagen refletia uma urgência a eles contemporânea. Por essa chave, as histórias nacionais dos dois podem ser compreendidas como respostas discursivas às ameaças políticas e sociais, e até como reações a outras interpretações da história nacional de algum modo contrárias aos interesses e posições ideológicas dos grupos dirigentes (LEDESMA-ALONSO, 2021, p. 246).

Em *Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil* (1852), Varnhagen esboçou os traços da história do Brasil como um ramo dos portugueses, que o conquistou e deu as garantias morais e físicas:

A história da civilização do atual Império; o termos código, o termos cidades, o termos governo, o termos sociedade, o vivermos juntos, sem estarmos às frechadas uns aos outros, o sermos cidadãos, o vermo-nos considerados na comunhão das nações mais civilizadas do globo, e finalmente o termos a dita de possuir um Trono ocupado por uma das mais ilustres dinastias do século, o Trono, digamo-lo de passagem que na América do Sul, perseguida quase sempre de ditaduras, mostra a experiência ser a melhor garantia de liberdade. [...] Portanto somos na essência nação, como o prova a língua, de raça latina. [...] Devemos fazer proceder a nacionalidade nossa da civilização e do cristianismo. (VARNHAGEN, 2011, p. 194-195)

Na leitura de Varnhagen e Alamán, a existência do Brasil e do México como sociedades dotadas de instituições políticas, religião e língua em comum se deu a partir da chegada dos europeus, e somente por meios das bases legadas por estes as novas nações poderiam seguir seu caminho munido das condições para o progresso de uma civilização europeia no Novo Mundo.

Dos autores de história como síntese e legitimação das nascentes identidades nacionais, é provável que aquele com quem Varnhagen manteve uma relação próxima foi o chileno Diego Barros Arana. Em carta de junho de 1865, deu conta do

recebimento do primeiro tomo do “Compendio de Historia de America”, elogiando o plano de escrita do amigo e sua reconhecida *sciencia e consciencia* sobre a matéria do livro destinado às escolas primárias e editado nesse mesmo ano. O Compendio de Arana foi escrito com o intento de remediar o “mal” que grassava sobre a história da América, isto é, repetidos erros em trabalhos já publicados (além de lamentar a ausência de uma história geral sobre todos os povos do continente). As considerações de Arana no Compendio e na “Historia jeneral de Chile” (1884-1902) ecoavam preocupações inerentes ao ofício do historiador no século XIX:

O historiador, como se comprende, tiene que dar una gran amplitud a sus trabajos de investigación, que extenderlos a materias que en otras épocas se creían ajenas de la historia, y que combinar sus noticias para hacer entrar en el cuadro de los hechos los accidentes morales y materiales que contribuyen a dar toda la luz posible sobre los tempos que deseamos conocer⁴. (ARANA, 1884, p. XI)

No conjunto, o que historiadores como Arana buscavam era cimentar noções acerca da forma de escrever história, da fundação de uma história do ponto de vista nacional e do historiador como letrado especializado para realizar o trabalho de relatar as origens da nação a partir de determinados procedimentos/protocolos ainda em construção. Segundo se entendia à época, historiador era quem compunha uma história, escolhia, ordenava, examinava os fatos. Enquanto o cronista apenas se ocupava em ordenar a sucessão dos fatos e se permitia adular seu benfeitor, um historiador era comprometido, antes de tudo, com a verdade.

Varnhagen acreditava que o cronista poderia ser mais adulator, o historiador não, sublinhando uma diferença fundamental que o destacaria dos seus antecessores: a sua história foi escrita com a *maior* imparcialidade. Enxergava sua obra como um avanço em relação aos cronistas coloniais, avanço que conformava elementos que definiam um *ethos* para o historiador oitocentista. A esse respeito, Turin apontou a sinceridade, a instrumentalidade e a cientificidade como características que identificavam esse *ethos* particular (TURIN, 2009, p. 14). Os historiadores que acompanhei até aqui empregaram como estratégia retórica esses três *topoi*. Para Varnhagen, cabia ao historiador *consciencioso* escrever uma história do desenvolvimento da *civilização* do Brasil. Sob o argumento da justiça imparcial,

⁴ Diferente do amigo Varnhagen, começou sua História pelos indígenas, seguindo com a Conquista e colonização.

apresentava-se como figura idônea, cujo julgamento era ditado por pressupostos racionais, assegurando ao público que o trabalho ora ofertado era feito com o *coração*, mas não afetado pelas paixões mesquinhas que eventualmente pudessem prejudicar a análise dos fatos. O efeito de verdade brotaria da sinceridade do autor em abrir seu ateliê de trabalho para o leitor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Varnhagen construiu uma forma de olhar para o passado brasileiro, foi assim que julgou representar com sua *história nacional* a integridade do Brasil entre as histórias das nações, uma integridade já representada pela monarquia. Como um “sujeito à procura da própria definição” (CEZAR, 2018, p. 20), ao historiador oitocentista cabia ir disciplinando seu ofício, definindo os limites de atuação, procedimentos e instrumentos de trabalho. Nesta tarefa, a feitura da *História geral* exibiu a construção simultânea do historiador Varnhagen e sua obra dedicada à nação. Conseguiu ele o sucesso almejado? Em termos, sim. O juízo contemporâneo de um grande leitor seu declarou que ele muitas vezes conseguiu se colocar sob o verdadeiro “ponto de vista nacional”, e foi esse mérito que o permitiu construir uma matriz historiográfica de vida longa.

Os “quadros de ferro” de que falou Capistrano de Abreu teriam sobrevivido a despeito das fragilidades do texto do *Visconde de Porto Seguro*: escavava documentos, determinava a autenticidade, mas pecava na compreensão dos fatos. O valor da interpretação varnhageniana e seu papel na construção de determinado tipo de memória e elaboração de uma matriz explicativa da história brasileira constituiu um paradigma que fez Abreu dar conta em carta de 1890 ao Barão do Rio Branco de sua resolução em escrever “uma História modesta, a grandes traços e largas malhas”, para “encadear melhor certos fatos, e chamar a atenção para certos aspectos até agora menosprezados”, “dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino” (Apud GONTIJO, 2005, p. 174). Apresentar outra história que não a “massa ciclópica de materiais” (ABREU, 1931, p. 135) acumulada por aquele que reconhecia o esforço de ter tido que fazer quase tudo.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, João Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: _____. *Ensaios e Estudos*. 1ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.
- ALAMÁN, Lucas. Prologo. In: _____. *Historia de Mexico*. Tomo I. México: Imprenta de Victoriano Agüeros y Comp. Editores, 1883.
- ARANA, Diego Barros. Prólogo. In: _____. *Historia jeneral de Chile*. Tomo Primero. Santiago: Rafael Jover Editor, 1884.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. Formas de ler e aprender com a história no Brasil joanino. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 85-98, jan./jun. 2009.
- ARAUJO, Valdei Lopes; CEZAR, Temístocles. The forms of history in the nineteenth century: the regimes of autonomy in Brazilian historiography. *Historiein*, Athens, v. 17, n. 1, 2018.
- CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultura*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- _____. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- _____. O que fabrica o historiador quando faz história, hoje? Ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI). *Rev. Antropol.*, São Paulo, v. 61, n. 2, p. 78-95, 2018.
- _____. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- DEVOTO, Fernando J. Acerca de la construcción del relato de los orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay. Las historias nacionales de Varnhagen, Mitre y Bauzá. In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.
- GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 159-185, 2005.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LEDESMA-ALONSO, Ricardo. A historiografia nacional como “começo”. A História de Méjico de Lucas Alamán e a História Geral do Brazil de Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 14, n. 35, p. 225-253, jan./abr. 2021.
- MEDEIROS, Bruno Franco; ARAUJO, Valdei Lopes. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 63, p. 22-37, 2007.

MENDES, Luís César Castrillon. *Publicar ou arquivar? A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889)*. 122f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca; FRANZINI, Fábio. Ordering time, nationalising the past: temporality, historiography and Brazil's "formation". *Historein*, Athens, v. 17, n. 1, 2018.

RIBEIRO, Renilson Rosa. "O ESCRUPULOSO ILUMINADOR DA HISTÓRIA DO BRASIL": os enredos temáticos e cronológicos da 1ª edição da *História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854/1857). *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 7, n. 2, p. 86-108, dez. 2011.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil*. 2. ed. v. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SGRIGNERO, Adriano Augusto. *Em busca da originalidade e unidade da nação: razões e critérios para uma História Geral do Brasil segundo os Pareceres e Juízos publicados pela RIHGB (1838-1860)*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 2, mar. 2009.

FONTES

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, TOMO I, 1839.

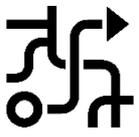
PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva; VIANNA, Cândido José de Araújo. Juízo sobre a História do Brasil publicada em Paris pelo Doutor Francisco Solano Constâncio. *RIHGB*, Rio de Janeiro, TOMO I, n. 2, 1839.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857.

_____. *História geral do Brasil*. TOMO I. 2. ed. Viena: Imp. do filho de C. Gerold, 1877.

_____. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: INL, 1961.

_____. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. *Entre a missão política e a ciência histórica: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877)*. 195f. Tese



(Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Universidade de São Paulo, 2011.

Recebido em 15/09/2023

Aprovado em 28/10/2024